



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

**RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE JUNHO DE 2020
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)**

Índice

1.	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2.	BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
3.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	8
4.	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
5.	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
6.	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
7.	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
8.	NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CODERN – CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220 - CEP 59010-700

Ribeira, Natal, Rio Grande do Norte

Prezados Senhores,

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **CODERN**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Base para opinião com ressalva

3.1. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A CODERN possui registrado o montante de (R\$ 4.822.141,65) referentes a valores faturados e não liquidados por clientes. A cia não possui metodologia para contabilização desses valores, assim como, não existe política para tal provisionamento. Isto posto, somos de opinião que deve-se adotar política para provisionamento das perdas, e com base no desfecho possam-se tomar decisões pontuais e se for o caso, proceder com os devidos ajustes. Assim, ficamos impossibilitados de opinar sobre os reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TG's poderiam causar no Ativo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.2. Depósitos Judiciais

A CODERN apresenta um saldo de R\$ 14.210 mil de valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais. São valores decorrentes de exercícios anteriores que não possuem levantamentos completos dos depósitos e bloqueios judiciais devidamente conciliados. Desta forma, não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para validarmos o saldo apresentado.

3.3. Ativo Imobilizado

A CODERN possui um valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 327.900 mil, representando aproximadamente 90% do total do ativo. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, assim como, não realizou o inventário físico dos bens. Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação destes saldos, tornaram-se impossíveis em função da falta de controles internos agregados ao processo de imobilização, baixa e manutenção de "bens", que carecem de aprimoramentos vinculados à análise e conciliação sistemática com a contabilidade. De tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA's, poderiam causar no Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

3.4. Provisões

A CODERN possui registrado no seu balanço um saldo de R\$ 6.577 mil de provisões de férias e 13º salário. A metodologia utilizada para os cálculos das provisões de férias está em desacordo com a norma contábil e os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Provisionamentos nos pareceram insuficientes, de modo que não estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

4. Ênfases

4.1. Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que, conforme nota explicativa nº 15, o déficit atuarial da CODERN apontado no balanço patrimonial é de R\$ 31.326 mil, e será equacionado conforme as regras estabelecidas na NBC TG 33(R2) conforme consta no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CODERN. As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., e estão apresentadas nas notas explicativas

4.2. Continuidade do operacional das atividades

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

5. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de março de 2020 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6. Outros assuntos

6.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CODERN** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

Natal/RN, 20 de novembro de 2020



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

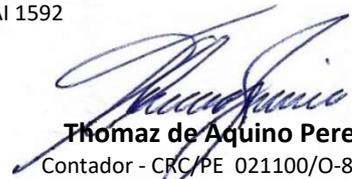
CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ
CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ
CNAI 4850

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de dezembro 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro 2019
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	18.716	12.725	19.302	13.052
Contas a Receber	5	6.221	6.465	6.659	6.531
Outros Créditos		8.834	9.287	4.305	4.285
Adiantamentos		150	33	285	126
Impostos a Recuperar		834	1.185	1.566	1.778
Devedores Diversos	6	7.744	8.044	2.348	2.356
Outros valores a receber		105	24	105	24
Estoques	7	11.090	7.302	11.238	7.458
Despesas Antecipadas		71	64	79	119
Total do ativo circulante		44.931	35.843	41.582	31.445
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	1.257	5.481	1.376	5.566
Contas a Receber		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		403	387	1.200	1.123
Bloqueios Judiciais		845	5.086	165	4.432
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	197.915	204.306	327.963	336.239
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		199.182	209.798	329.370	341.836
Total do Ativo		244.113	245.641	370.952	373.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de dezembro 2019	30 de junho de 2020	31 de dezembro 2019
Circulante					
Contas a Pagar	12	54	43	54	43
Fornecedores		1.739	2.176	5.938	6.206
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	65.429	60.115	123.728	112.121
Provisões	11	4.969	3.916	6.577	5.043
Outras Obrigações		1.358	1.272	6.383	6.822
Total do passivo circulante		73.549	67.521	142.679	130.235
Não Circulante					
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	26.996	12.273	48.712	14.077
Provisão para contingências	13	53.660	53.663	56.221	55.362
Provisão Déficit Atuarial - Plano de Pensão	15	13.544	33.409	31.326	75.716
Créditos para aumento de capital	17	66.802	59.809	256.413	246.199
Outros Créditos da União	14	0	0	63.955	63.955
Total do passivo não circulante		161.003	159.155	456.626	455.308
Total do passivo		234.552	226.676	599.305	585.543
Passivo a descoberto					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.400	58	8.482	664
Prejuízos acumulados	18	(426.682)	(413.936)	(669.678)	(645.769)
Total do patrimônio líquido		9.561	18.965	(228.353)	(212.262)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		244.113	245.641	370.952	373.281
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
		0	0	0	0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Período de seis meses findos em		Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em		Período de três meses findos em	
		30 de junho de		30 de junho de		30 de junho de		30 de junho de	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado		Reclassificado
Receita Líquida dos serviços	20	19.379	21.421	8.554	11.054	27.383	27.771	11.997	14.587
Custos operacionais	21	(21.326)	(20.933)	(10.129)	(10.428)	(30.166)	(31.196)	(13.919)	(15.331)
Lucro Bruto		(1.947)	488	(1.575)	626	(2.783)	(3.425)	(1.922)	(745)
(Despesas)/Receitas operacionais									
Despesas administrativas e gerais	22	(11.563)	(9.646)	(6.499)	(4.972)	(21.001)	(16.536)	(11.513)	(8.339)
Despesas tributárias		(19)	(117)	(6)	(91)	(24)	(120)	(6)	(92)
Provisões diversas	23	(32)	(157)	0	(103)	(32)	(157)	0	(103)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	12	(17.118)	9	(539)	(850)	(16.409)	(853)	(614)
Receitas patrimoniais	25	227	154	122	61	4.019	3.433	2.084	1.744
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	2.600	532	557	142	2.600	532	557	142
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(10.723)	(25.865)	(7.392)	(4.876)	(18.072)	(32.682)	(11.653)	(8.007)
Receitas financeiras	27	1.448	826	907	467	1.451	1.071	909	678
Despesas financeiras	27	(3.346)	(5.724)	(1.182)	(3.893)	(7.265)	(34.408)	(2.866)	(18.289)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(12.622)	(30.763)	(7.667)	(8.303)	(23.886)	(66.019)	(13.609)	(25.618)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0	0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(12.622)	(30.763)	(7.667)	(8.303)	(23.886)	(66.019)	(13.609)	(25.618)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0001)	(0,0002)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0001)	(0,0004)	(0,0001)	(0,0001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Resultado do Período		(12.622)	(30.763)	(7.667)	(8.303)	(23.886)	(66.019)	(13.609)	(25.618)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	3.342	0	3.342	0	7.818	0	7.818	0
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(9.280)	(30.763)	(4.325)	(8.303)	(16.068)	(66.019)	(5.792)	(25.618)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	58	(413.936)	18.965
Prejuízo líquido do período	18			(12.622)	(12.622)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		3.342		3.342
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(124)	(124)
Em 30 de junho de 2020		432.843	3.400	(426.682)	9.561
Mutações do período		0	3.342	(12.746)	(9.404)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(302.312)	130.531
Prejuízo líquido do período	18			(30.763)	(30.763)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			24	24
Em 30 de junho de 2019		432.843	0	(333.051)	99.792
Mutações do período		0	(0)	(30.739)	(30.739)
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	664	(645.769)	(212.262)
Prejuízo líquido do período	18			(23.886)	(23.886)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		7.818		7.818
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(23)	(23)
Em 30 de junho de 2020		432.843	8.482	(669.678)	(228.353)
Mutações do período		0	7.818	(23.909)	(16.091)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(1.159.749)	(726.906)
Prejuízo líquido do período	18			(66.019)	(66.019)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			87	87
Em 30 de junho de 2019		432.843	0	(1.225.680)	(792.837)
Mutações do período		0	0	(65.932)	(65.932)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de seis meses findos em		Período de seis meses findos em	
		30 de junho de		30 de junho de	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.622)	(30.763)	(23.886)	(66.019)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		7.841	7.918	9.828	10.586
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	-	7.818	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.342	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(124)	24	(23)	87
Provisões		20	17.276	882	16.566
Despesas de atualização monetária		2.690	3.992	6.579	31.311
Baixas de Imobilizado		-	-	-	-
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		213	1.033	(160)	1.632
Outros créditos		453	(930)	(9)	(981)
Estoques		(3.787)	(982)	(3.780)	(1.009)
Despesas antecipadas		(7)	(67)	40	(51)
Outros ativos não circulantes		4.233	(24)	4.173	(89)
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		11	27	11	27
Fornecedores		(437)	(1.624)	(268)	(1.527)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		3.836	2.569	9.460	7.152
Provisões de Férias e 13º Salário		1.052	1.068	1.534	1.560
Outras Obrigações		87	(121)	(423)	673
Outros passivos não circulantes		(5.311)	1.174	(9.924)	553
Caixa gerado pelas operações		1.490	570	1.852	473
Imposto de renda e contribuição social pagos					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.490	570	1.852	473
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(1.449)	(460)	(1.552)	(464)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.449)	(460)	(1.552)	(464)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos					
Crédito para aumento de capital		5.950	-	5.950	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		5.950	-	5.950	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.991	110	6.250	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		18.716	18.639	19.302	19.040
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.991	110	6.250	8
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		-	0,00	-	0,00
		-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
		2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado
1 Receitas		19.379	21.421	27.383	27.771
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		19.379	21.421	27.383	27.771
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0	0
2 Insumos adquiridos de terceiros		(7.139)	(6.894)	(13.589)	(12.868)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.543)	(6.726)	(13.770)	(12.309)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		476	0	476	0
2.3 Outras		(71)	(168)	(295)	(560)
3 Valor adicionado bruto		12.240	14.527	13.794	14.902
4 Retenções		(7.650)	(24.511)	(10.325)	(26.115)
4.1 Depreciação e amortização		(7.155)	(7.235)	(8.968)	(9.549)
4.2 Provisões		(496)	(17.276)	(1.357)	(16.566)
5 Valor adicionado líquido		4.589	(9.983)	3.468	(11.213)
6 Valor adicionado recebido em transferência		4.275	1.512	8.070	5.036
6.1 Receitas financeiras		1.448	826	1.451	1.071
6.2 Outras		2.827	686	6.619	3.965
7 Valor adicionado a distribuir		8.864	(8.471)	11.538	(6.177)
8 Valor adicionado distribuído		8.864	(8.471)	11.538	(6.177)
8.1 Pessoal		18.120	16.451	28.135	25.314
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		13.465	13.116	20.632	20.967
8.1.2 Benefícios		4.655	3.335	7.503	4.347
8.2 Impostos, taxas e contribuições		19	117	24	120
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		19	117	24	120
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		3.346	5.724	7.265	34.408
8.3.1 Juros e Correção Monetária		3.346	5.724	7.265	34.408
8.3.2 Aluguéis					
8.4 Remuneração de capitais próprios		(12.622)	(30.763)	(23.886)	(66.019)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(12.622)	(30.763)	(23.886)	(66.019)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		0	0	0	0

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 30 de junho (em milhares de reais)

1.1.1.1

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido renovado pelo aditivo nº 001/2020, com vigência até 26.12.2020.

Ressalta-se que no último aditivo, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das

políticas contábeis.

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2020 a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 23.886 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 4.264 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 645.769 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou em outubro de 2019 o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico.

Após a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões e proporcionado um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 51 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF destaca-se a redução de gastos com a folha de pagamento que, no primeiro trimestre de 2020, apresentou uma redução de 14% (R\$ 143.222,00) com o pagamento de adicionais, quando comparado com o mesmo período de 2019.

Na área do faturamento do Porto de Natal, após a realocação de colaboradores e o acompanhamento dos indicadores do PSF, continuamos recuperando receitas não faturadas na época devida, mantendo praticamente em dia todos os processos de vendas de serviços.

Na área operacional as ações do PSF, implementadas em 2019, continuam norteando a redução de despesas com resultados que têm contribuído para o equilíbrio orçamentário.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, a mudança nas Normas de Faturamento promoveu um ganho expressivo nos recebimentos de títulos vencidos e nos pagamentos dentro do prazo.

Como conclusão, podemos dizer que o PSF vem evoluindo e mostrando a sua importância como ferramenta de gestão exigindo, de cada gestor, um comprometimento permanente para que a sua eficácia também seja permanente.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
Imobilização em Curso	0%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.14 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas esse ativo fiscal não vem sendo reconhecido, tendo em vista que não existem estimativas da Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais existentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Recursos em bancos	217	355	766	583
Recursos do Tesouro - SIAFI	0	7.771	0	7.771
Aplicações financeiras	18.499	4.599	18.536	4.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.716	12.725	19.302	13.052

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 2,67% no 2º trimestre de 2020, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve um aumento de 50% no saldo de aplicações de controladora, como resultado do recebimento de recursos para investimento do Ministério da Infraestrutura.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 30 de junho, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	9.339	10.410	11.481	12.180
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.118)	(3.944)	(4.822)	(5.648)
Contas a receber de clientes líquidos	6.221	6.465	6.659	6.531
Total Contas a Receber	6.221	6.465	6.659	6.531

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 30 de junho de 2020 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Portos Conveniados	3.866	3.782	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.763	4.857	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	1.201	1.484	1.201	1.484
Outros devedores diversos	112	118	1.073	798
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(2.197)	(2.197)	(2.197)
Total Devedores Diversos	7.744	8.044	2.348	2.356

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
Material de consumo permanente Sede	318	110
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	10.771	7.193
Material de consumo permanente Maceió	148	156
Total	11.238	7.458

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 em dezembro 2019 e um trator de esteira no valor de 2.467 em janeiro 2020, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu os bens, mas até o fechamento do 1º semestre de 2020 os mesmos ainda estavam à disposição do almoxarifado.

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais e Contratuais	989	981	2.374	2.306
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(585)	(594)	(1.174)	(1.183)
Bloqueios Judiciais	5.754	9.994	5.073	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
Total	1.257	5.481	1.376	5.566

Houve redução de 42% no saldo de bloqueios judiciais da controladora, pois se tratava de bloqueio originado da Fazenda Nacional, o setor jurídico solicitou o desbloqueio em virtude da decisão judicial que suspende a execução fiscal de todos os processos da Codern.

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de junho de 2020 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 30/06/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	30/06/2020	31/12/2019
Bens Móveis	95.738	743	0	96.481	(62.855)	-	33.626	35.221
Equipamentos Industriais	89.227	537	0	89.763	(58.197)	-	31.566	33.129
Embarcações	400	0	0	400	(128)	-	272	282
Veículos	154	0	0	154	(154)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.097	40	0	2.137	(1.157)	-	979	1.037
Informática	856	52	0	908	(830)	-	77	58
Máquinas	1.403	0	0	1.403	(989)	-	415	479
Motores	11	0	0	11	(7)	-	5	5
Aparelhos	1.158	75	0	1.232	(1.070)	-	162	106
Sistema de Segurança	241	17	0	258	(193)	-	65	57
Galpão	0	0	0	0	0	-	0	0
Outros bens	191	23	0	215	(129)	-	85	68
Bens Imóveis	489.840	759	0	490.598	(168.121)	(158.235)	164.243	168.987
Imóveis de natureza industrial	346.651	379	0	347.030	(129.583)	(62.899)	154.549	159.156
Instalações	78.080	56	0	78.136	(28.066)	(48.179)	1.890	2.066
Obras de acesso	2.076	198	0	2.273	(888)	-	1.386	1.297
Prédios	62.937	126	0	63.063	(9.584)	(47.157)	6.322	6.373
Terrenos	96	0	0	96	0	-	96	96
Molhe	0	0	0	0	0	-	0	0
Imobilização em Curso	98	(53)	0	46	-	-	46	98
Total	585.676	1.449	0	587.125	(230.976)	(158.235)	197.915	204.306

 Consolidado
 Saldo líquido em

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 30/06/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	30/06/2020	31/12/2019
Bens Móveis	96.499	846	0	97.345	(63.539)	-	33.805	35.312
Equipamentos Industriais	89.365	570	0	89.935	(58.286)	-	31.649	33.184
Embarcações	400	0	0	400	(128)	-	272	282
Veículos	488	63	0	551	(492)	-	59	0
Móveis e Utensílios	2.208	40	0	2.248	(1.264)	-	984	1.042
Informática	856	52	0	908	(830)	-	77	58
Máquinas	1.406	0	0	1.406	(991)	-	415	479
Motores	11	0	0	11	(7)	-	5	5
Aparelhos	1.329	82	0	1.410	(1.217)	-	193	134
Sistema de Segurança	241	17	0	258	(193)	-	65	57
Galpão	0	0	0	0	0	-	0	0
Outros bens	194	23	0	218	(130)	-	88	70
Bens Imóveis	564.594	759	0	565.353	(177.129)	(158.235)	229.989	236.706
Imóveis de natureza industrial	400.133	379	0	400.512	(136.411)	(62.899)	201.202	207.488
Instalações	78.958	56	0	79.014	(28.106)	(48.179)	2.728	2.913
Obras de acesso	3.011	198	0	3.208	(1.545)	-	1.663	1.578
Prédios	80.238	126	0	80.364	(10.223)	(47.157)	22.984	23.130
Terrenos	96	0	0	96	0	-	96	96
Molhe	2.159	0	0	2.159	(844)	-	1.316	1.501
Imobilização em Curso	266	(53)	0	214	0	-	214	266
Bens de Terceiros	63.955	0	0	63.955	0	-	63.955	63.955
Total	725.314	1.552	0	726.866	(240.669)	(158.235)	327.963	336.239

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2019, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra que não houve perdas por desvalorização ou reversões de perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do período por unidade geradora de caixa no 1º semestre/2020.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2019	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 30/06/2020
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.039				90.039
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	0				0
Total	158.235	0	0	0	158.235

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Encargos a Recolher	29.114	27.235	67.282	62.786
Salário a Pagar	3	8	530	23
Autônomos - INSS	65	56	65	56
PORTUS	35.594	32.342	55.197	48.783
<i>Portus Patronal</i>	20.152	19.488	27.653	26.436
<i>Portus RTSA</i>	13.634	12.854	23.521	22.347
<i>Portus - Termo de Compromisso Financeiro</i>	1.808	0	4.024	0
Parcelamento ISS	570	390	570	390
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante	65.429	60.115	123.728	112.121

O valor R\$ 27.653 mil refere-se o saldo da dívida da CODERN - PORTUS que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço em 30/06/20. O valor de 23.521 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior - RTSA e o saldo de R\$ 4.024 mil refere-se a saldo de termo de compromisso financeiro em virtude do déficit atuarial do Portus (nota 15).

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários, parcelamentos junto ao PORTUS e parcelamento junto à Antaq, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Portus - Instituto de Seguridade Social	24.586	8.730	44.162	8.730
Parcelamento INSS	1.870	2.643	3.431	4.204
Parcelamento ISS	540	900	782	1.142
Parcelamento Antaq - Multas e Infrações	0	0	337	0
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante	26.996	12.273	48.712	14.077

Houve aumento de 506% da dívida com o Portus, pois em junho de 2020 foi reconhecido o termo de compromisso financeiro, objetivando o saneamento do déficit atuarial (nota 15).

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 30/06/2020 R\$ 32.137 mil, sendo apropriado R\$ 8.616 no Passivo Não Circulante e R\$ 23.521 no Passivo Circulante.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 30/06/2020, correspondentes ao valor de R\$ 6.577 mil (R\$ 5.043 mil em 31 dezembro de 2019), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Prov. Férias	4.042	3.916	5.351	5.043
Prov. 13º Salário	926	0	1.226	0
Total férias a pagar	4.969	3.916	6.577	5.043

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Empregados	14	8	14	8
Terceiros	39	35	39	35
Total contas a pagar	54	43	54	43

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.001	1.605	12.756	55.362
Provisões constituídas no período	0	0	892	892
Baixas de provisões	0	0	0	0
Reversões	0	(33)	0	(33)
Saldo em 30 de junho de 2020	41.001	1.572	13.648	56.221

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 30.06.20, totalizou R\$ 1.572 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 05 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 1.056 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal, faltando pagar o reflexo do Portus, que necessita de um cálculo específico. Está sendo objeto de perícia atuarial de cálculos e impugnações das partes.

Na controlada, temos 08 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 180 mil e corresponde a auxílio enfermidade em que se postula a manutenção do referido benefício anteriormente convencionado, fundamentando acerca do direito adquirido pela parte em Acordo Coletivo de Trabalho, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 30.06.2020, totalizou R\$ 41.001 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Equilíbrio Financeiro do Déficit, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 30.06.2020 o montante de R\$ 13.648 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 07 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 1.659 mil, onde consta pedido de parcelamento de débito pelo Porto de Maceió. Determinada a suspensão dos atos processuais em 25/06/2018 e das demais execuções fiscais com as mesmas partes. Verificou-se provisão indevida de R\$ 892, a qual será estornada no mês de setembro/20.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30.06.2020 somou R\$ 92.565 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	4.027	1.781	5.808
Causas Fiscais	24.087	-	24.087
Causas Cíveis	35.974	26.696	62.670
Total	64.088	28.477	92.565

Na controladora, temos 22 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil) referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a Indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão.

Na controlada, temos 34 processos relativo a causas trabalhistas, onde 12 processos correspondem a verbas rescisórias da Terceirizada Fre Energy a qual teria encerrado suas atividades sem a devida compensação aos seus colaboradores acarretando a responsabilidade subsidiária do Porto de Maceió, os processos com essas partes estão em diversas fases processuais (grande parte já na execução redirecionada para o Porto), além disso, temos um processo de valor mais relevante (274 mil) em relação aos demais, relativo a Incorporação retroativa do cargo de chefia (chefe do setor de operações) o pleito se deu pelo exercício contínuo no cargo em um período superior a 8 anos. Em maio/2020 foi interposto contraminuta pelo reclamante.

Na controladora, temos 9 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controladora, temos 47 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 20.975 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Na controlada, temos 6 processos relativo a causas cíveis, o mais relevante corresponde a indenização postulada pela empresa Mendes Júnior, resultando na entrega da obra com postulação de complementação de valores (tentativa de reequilíbrio econômico financeiro). O processo aguarda produção de provas e perícias técnicas. Outro processo relevante refere-se ao Reequilíbrio de Contrato (R\$ 26.643 mil) da obra de ampliação do Porto Ilha, solicitado pela construtora. O processo está na fase instrutória de produção de provas.

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo em 30.06.2020, totalizou R\$ 63.955 mil (63.955 mil em 31.12.2019).

O valor foi mantido no passivo tendo em vista que os termos de convênios possuem cláusulas, onde informa que todos os produtos obtidos com os recursos previstos nos Convênios DNIT 268/2006 e SEP 001/2008 ficarão sob a gestão da CONVENENTE, constituindo-se como patrimônio da União. Os bens gerados com recursos dos respectivos convênios estão classificados no grupo do Imobilizado no subgrupo de “Bens de Terceiros”.

15. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Déficit Atuarial	13.544	33.409	31.326	75.716
Total contas a pagar	13.544	33.409	31.326	75.716

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o Portus no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 31.326 em 30/06/2020 (R\$ 75.716 mil em 31/12/2019), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção						
	1 jul 20	31 dez 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19	31 dez 18
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	80.043.278		102.121.366		144.504.049		-
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	437.827		444.940		(441.413)		-
3. Custo dos juros	2.868.373		3.399.763		12.935.547		-
4. Contribuições de participantes do plano	417.130		410.017		913.968		-
5. Benefícios pagos	(2.319.618)		(2.319.618)		(4.984.356)		-
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-		(24.083.180)		(50.806.429)		-
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-		-		-		-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-		(4.583.069)		23.116.168		-
6.c. Ajustes de experiência	-		362.508		(11.361.142)		-
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-		-		(62.561.455)		-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-		(19.862.619)		-		-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-		-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	419.940		69.990		-		-
9. Emendas no plano	-		-		-		-
10. Reduções	-		-		-		-
11. Liquidações	-		-		-		-
12. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	81.866.930		80.043.278		102.121.366		144.504.049

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção						
	1 jul 20	31 dez 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano		4.488.727		7.138.369		11.853.831	-
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)		-		(1.016.847)		(1.568.370)	-
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)		-		-		-	-
4. Contribuições dos participantes		417.130		410.017		913.068	-
5. Benefícios pagos (líquido)		(2.319.618)		(2.319.618)		(4.984.356)	-
6. Receita dos juros		176.525		206.816		923.296	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos		-		-		-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos		419.940		69.990		-	-
9. Contribuições Extraordinárias Patronais (TCF)		1.861.834		-		-	-
10. Contribuições Extraordinárias Patronais (Paridade)		386.261		-		-	-
11. Emendas no plano		-		-		-	-
12. Reduções		-		-		-	-
13. Liquidações		-		-		-	-
14. Benefícios especiais de desligamento		-		-		-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano		5.430.799		4.488.727		7.138.369	11.853.831
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos		-		-		-	-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção						
	1 jul 20	31 dez 20	1 jan 20	30 jun 20	1 jan 19	31 dez 19	31 dez 18
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>							
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)		437.827		444.940		(441.413)	-
2. Custo líquido dos juros		2.530.695		2.551.902		5.815.131	-
2.1. Custo dos juros da obrigação		2.888.373		3.399.763		12.935.547	-
2.2. Receita de juros ativos		(176.525)		(206.816)		(923.296)	-
2.3. Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação		(161.153)		(641.045)		(6.197.120)	-
3. Custo do serviço passado		-		-		-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções		-		-		-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações		-		-		-	-
6. Benefícios especiais de desligamento		-		-		-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido		-		-		-	-
8. Custo do benefício a ser reconhecido no DRE		2.968.522		2.996.842		5.373.718	-
Contribuições Normais do Patrocinador		-		-		-	-
Contribuições Extraordinárias do Patrocinador +TCF		(2.248.095)		-		-	-
8a. Custo líquido do benefício no período		720.427		2.996.842		5.373.718	-
<u>Montante reconhecido em Outros Resultados Abruçantes (ORA)</u>							
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano		(8.481.831)		(663.916)		-	-
10. Perdas (ganhos) atuariais		-		(24.083.180)		(50.806.429)	-
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)		-		1.016.847		1.568.370	-
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)		-		-		-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos		(10.783)		15.248.418		48.574.143	-
14. Custo total reconhecido em ORA		(8.492.614)		(8.481.831)		(663.916)	-
(*) Ganho / perda atuarial sobre os ativos		-		-		-	-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção			
	31 dez 20	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(5.430.799)	(4.488.727)	(7.138.369)	(11.853.831)
2. Valor justo dos ativos do plano	5.430.799	4.488.727	7.138.369	11.853.831
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(76.436.131)	(75.554.551)	(94.982.997)	(132.650.218)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(76.436.131)	(75.554.551)	(94.982.997)	(132.650.218)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	39.108.499	39.568.951	48.145.693	-
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.513.524	8.770.853	9.491.150	13.162.134
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	18.538.925	18.209.638	-	-
7. (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(9.275.183)	(8.945.109)	(37.346.154)	(119.488.084)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	4.831.443	4.659.507	19.266.880	61.643.903
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(71.604.688)	(70.895.044)	(75.716.117)	(71.006.315)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	39.108.499	39.568.951	-	-
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(32.496.189)	(31.326.093)	(75.716.117)	(71.006.315)
	-	(2.000)	-	-

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção			
	31 dez 20	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	4.659.507	19.266.880	61.643.903	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	4.831.443	4.659.507	19.266.880	61.643.903
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	171.938	(14.607.373)	(42.377.023)	61.643.903
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(161.153)	(641.045)	(6.197.120)	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	10.783	(15.248.418)	(48.574.143)	61.643.903

(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo/passivo líquido:	Projeção			
	1 jul 20 31 dez 20	1 jan 20 30 jun 20	1 jan 19 31 dez 19	31 dez 18
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(70.895.044)	(75.716.117)	(71.006.315)	-
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(2.968.522)	(2.966.842)	(5.373.718)	-
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	23.066.333	49.238.059	-
4. Contribuições do empregador para o plano	2.248.095	-	-	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	10.783	(15.248.418)	(48.574.143)	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(71.604.688)	(70.895.044)	(75.716.117)	(71.006.315)

E.1. Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido:	Projeção			
	1 jul 20 31 dez 20	1 jan 20 30 jun 20	1 jan 19 31 dez 19	31 dez 18
1. Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	-	-
2. Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-	-
3. Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-	-
4. Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício	-	-	-	-

15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18
1. Principais Categorias de Ativos (%)			
1.a Disponível	0,05%	0,18%	0,00%
1.b Realizável (Prev e Adm)	20,00%	15,43%	35,06%
1.c Títulos Públicos	13,12%	10,47%	0,00%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%	0,00%
1.e Ações	21,77%	28,96%	18,32%
1.f Fundos de Investimentos	2,68%	10,77%	24,59%
Renda Fixa	2,59%	10,70%	24,55%
Imobiliário	0,08%	0,07%	0,04%
1.g Investimentos Imobiliários	38,79%	31,33%	20,24%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	3,59%	2,87%	1,79%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	158.242	668.202	4.142
2.b Realizável (Prev e Adm)	59.147.559	57.103.228	204.473.918
2.c Títulos Públicos	38.803.782	38.747.719	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	64.356.552	107.203.487	106.839.311
2.f Fundos de Investimentos	7.910.903	39.860.032	143.419.024
Renda Fixa	7.671.575	39.618.331	143.173.038
Imobiliário	239.328	241.701	245.986
2.g Investimentos Imobiliários	114.692.720	115.981.731	118.048.022
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	172	172
2.i Outros - Depósitos Judiciais	10.617.107	10.627.017	10.469.327
Total Ativo	295.686.865	370.181.588	583.253.916
(+) Ajuste Valor de Mercado	1.509.091	-	-
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(10.088.464)	(8.827.617)	(80.414.925)
(-) Uso Próprio	(5.597.500)	(5.654.444)	(7.491.376)
(-) Exigível Operacional	(35.579.198)	(18.651.876)	(10.481.635)
(-) Exigível Contingencial	(15.858.797)	(15.679.908)	(17.042.737)
(-) Fundo Previdencial	(40.248.349)	(40.347.927)	(43.409.750)
(-) Fundo de Investimento	-	(6.797.777)	(6.138.997)
(-) Fundo administrativo	(55.442.212)	(69.663.610)	(84.635.402)
Valor Justo dos Ativos (Total)	134.381.436	204.558.429	333.641.094
Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	3,514%	3,490%	3,553%
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa no rateio inicial	4.722.172	7.138.369	11.853.831
Rentabilidade projetada para o mês	14.832	-	-
Saldo Previdencial do mês	(248.277)	-	-
Valor Justo dos Ativos final	4.488.727	7.138.369	11.853.831

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18	
1. Taxa de desconto (nominal)	7,384%	6,853%	9,098%	
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,384%	6,853%	9,098%	
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	4,00%	
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%	4,00%	
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A	
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18	
1. Data efetiva	31 ago 19	31 ago 19	31 dez 18	
2. Participantes ativos (passivo principal)	85	85	87	
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	242	243	
3.a. Aposentados	153	153	155	
3.b. Pensionistas	89	89	88	
4. Número total de participantes	327	327	330	
H. Período de amortização	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18	
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00	1,00	
2. <i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,58	10,50	
J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	30 jun 20	31 dez 19	31 dez 18	
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D	
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter	
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	
K. Projeção do fluxo de caixa	1 jul 20_31 dez 20	1 jan 20_30 jun 20	1 jan 19_31 dez 19	31 dez 18
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	2.319.618	2.492.178	4.687.324	-
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	-	-	-	-
3. Contribuições esperadas dos participantes	417.130	472.979	1.205.029	-
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	419.940	-	-	-
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	388.261	-	-	-
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	1.861.834	-	-	-

Legenda: N/A - Não Aplicável
 N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 jan 20_30 jun 20		1 jan 19_31 dez 19	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	57.570.964	44.550.402	90.857.647	53.646.402
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	444.940	-	(441.413)	-
3. Custo dos juros	1.940.094	1.459.669	8.264.412	4.671.135
4. Contribuições de participantes do plano	410.017	-	913.968	-
5. Benefícios pagos	-	(2.319.618)	-	(4.984.356)
6. (Ganho) / perda atuarial	(14.533.617)	(9.549.563)	(42.023.650)	(8.782.779)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	(2.888.659)	(1.694.410)	13.869.437	9.246.731
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	57.309	305.199	(13.347.567)	1.986.425
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	(42.545.520)	(20.015.935)
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	(11.702.287)	(8.180.352)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	69.990	-	-
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	45.832.398	34.210.880	57.570.964	44.550.402

CONSOLIDADO	Análise de Sensibilidade – 30.06.2020			
	Tábua biométrica		Taxa de juros	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%	+ 0,25%	- 0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	78.524.090	81.685.726	78.302.651	81.854.045
Valor justo dos ativos do plano	4.488.727	4.488.727	4.488.727	4.488.727
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(74.035.363)	(77.196.999)	(73.813.924)	(77.365.318)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos (TCF)	39.568.951	39.568.951	39.568.951	39.568.951
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	8.604.386	8.950.827	8.580.121	8.969.270
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	17.922.888	18.644.522	17.872.345	18.682.940
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(7.939.138)	(10.032.699)	(7.792.507)	(10.144.157)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	4.135.497	5.226.033	4.059.117	5.284.091
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(69.899.866)	(71.970.966)	(69.754.807)	(72.081.227)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	39.568.951	39.568.951	39.568.951	39.568.951
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(30.330.915)	(32.402.015)	(30.185.856)	(32.512.276)
Variações:				
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,90%	2,05%	-2,17%	2,26%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido	-2,01%	2,17%	-2,30%	2,40%

16. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de junho de 2020 soma R\$ 432.843 mil.

Saldos em R\$ mil Consolidado			
Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

17. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Saldos em R\$ mil Consolidado		
Créditos para aumento de capital	30/06/2020	31/12/2019
Porto de Natal e Areia Branca	66.802	59.809
Porto de Maceió	189.610	186.389
Total	256.413	246.199

18. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de

erros não intencionais, como se tratam de erros não materiais, as informações comparativas do período anterior não foram reapresentadas.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -71 mil (ativo) e R\$ 25 mil (passivo), totalizando R\$ -46 mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	148	220	-71
Passivo	84	58	25
Saldo de Ajustes	232	278	-46

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 12.622 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de R\$ 11.264 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado **Consolidado** no período de R\$ 23.886 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 30 de junho 2020 de R\$ 2.757 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 4.700 mil para o Porto de Maceió (prejuízo). Conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado líquido	(12.622)	(30.763)	(11.264)	(35.255)	(23.886)	(66.019)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	7.155	7.235	1.813	2.314	8.968	9.549
Impairment	0	0	0	0	0	0
Variação monetária passiva	2.690	3.992	3.889	27.319	6.579	31.311
Provisões	20	17.276	862	(710)	882	16.566
Déficit Atuarial						
Resultado líquido ajustado	(2.757)	(2.260)	(4.700)	(6.332)	(7.457)	(8.592)

19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 8.482 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

20. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30 de junho de		30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.626	6.384	9.127	9.343
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	2.046	1.789	2.340	2.153
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	10.852	12.432	16.008	16.365
Serviços de Armazenagem	487	201	748	210
Serviços de Movimentação de Cargas	2.312	2.655	2.312	2.655
Atividade de Apoio ao Navio	1.275	1.520	1.275	1.520
Serviços Diversos	0	0	122	161
Total da Receita bruta	22.599	24.981	31.933	32.408
(-) Impostos sobre serviços prestados	(3.220)	(3.560)	(4.550)	(4.637)
Receita líquida dos serviços prestados	19.379	21.421	27.383	27.771

Ocorreu redução da Receita Operacional, em decorrência de cancelamento de navios programados para o período, ocasionando brusca queda na movimentação operacional no Terminal Salineiro.

O acréscimo de 143% na Receita de Armazenagem da controladora decorre da Receita de contêineres vazios, referente ao exercício de 2019, lançada em fevereiro/2020.

O aumento de 31% na Tabela III, da APMC, deve-se a movimentação de baldeação de derivados de petróleo, fato este não ocorrido em 2019.

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	30 de junho de		30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.449	3.279	3.856	4.858
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	922	978	1.040	1.242
Utilização da Infraestrutura Terrestre/A	4.833	6.331	7.007	8.549
Serviços de Armazenagem	118	128	379	128
Serviços de Movimentação de Cargas	1.064	1.369	1.064	1.369
Atividade de Apoio ao Navio	590	807	590	807
Serviços Diversos	0	0	54	88
Total da Receita bruta	9.976	12.891	13.990	17.040
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.422)	(1.837)	(1.993)	(2.453)
Receita líquida dos serviços prestados	8.554	11.054	11.997	14.587

A Receita da controladora sofreu redução, principalmente pela alteração na programação de navios de Areia Branca, uma vez que ocorreu cancelamento de navios nesse período.

Na controlada verificou decréscimo em virtude da Covid-19, não ocorrendo o desembarque de sal, pela BRASKEN, permanecendo apenas a cobrança da MMC.

21. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(8.634)	(9.034)	(12.790)	(14.235)
Material de Operação	(1.985)	(1.562)	(2.078)	(1.676)
Material de Manutenção	(1)	(1)	(15)	(10)
Serviços de Manutenção e Reparos	(94)	(125)	(447)	(503)
Serviços Prestados por Terceiros	(3.488)	(3.003)	(5.908)	(5.253)
Encargos Operacionais Diversos	0	(22)	0	(22)
Depreciação Direta	(7.124)	(7.185)	(8.929)	(9.497)
Total	(21.326)	(20.933)	(30.166)	(31.196)

A redução de 20%, verificada na APMC está relacionada como a redução e extinção de horas extras na operação, respectivamente, com reflexos nos encargos sociais, bem como o falecimento de 02(dois)colaboradores.

A redução de 22% da APMC está relacionada com a reclassificação contábil, parcial, das obras do cais de contêineres e do molhe de proteção, cujo parte do valor deixou de ser depreciada em função do Convênios firmados.

Verificou-se variação crescente na Despesa com Material de Operação, decorrente do aumento no consumo nos itens “Combustíveis e Gêneros Alimentícios”, na ATE SAB.

O aumento das Despesas com Serviços de Terceiros da Controladora, refere-se ao incremento das despesas com Aluguel de Equipamentos (aluguel de veículos e equipamento para combate ao derramamento de óleo no Terminal Salineiro, cujo valor mensal soma R\$ 19.500,00. No saldo desta consta o valor de R\$ 69.491,62, transferido indevidamente, o qual refere-se a serviço de limpeza.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(4.293)	(4.425)	(6.286)	(6.933)
Material de Operação	(801)	(891)	(848)	(954)
Material de Manutenção	0	(0)	(9)	(4)
Serviços de Manutenção e Reparos	(58)	(72)	(197)	(241)
Serviços Prestados por Terceiros	(1.410)	(1.453)	(2.418)	(2.516)
Encargos Operacionais Diversos	0	0	0	0
Depreciação Direta	(3.567)	(3.586)	(4.160)	(4.682)
Total	(10.129)	(10.428)	(13.919)	(15.331)

Houve falecimento de 02 colaboradores. Quanto a depreciação, em 12/2019 houve reclassificação, parcial de valor, dos ativos do cais de contêineres e do molhe de proteção, os quais deixaram de ser depreciados por conta de serem bens firmados por convênios.

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(9.486)	(7.417)	(15.345)	(11.080)
Material	(196)	(484)	(331)	(639)
Serviços de Terceiros	(1.778)	(1.528)	(4.992)	(4.205)
Outros Encargos	(19)	(31)	(48)	(56)
Depreciação/Amortização	(31)	(49)	(39)	(52)
Outras despesas administrativas	(52)	(136)	(247)	(504)
Total	(11.563)	(9.646)	(21.001)	(16.536)

O Aumento da Despesa com Pessoal da controlada está relacionado com o lançamento contábil do déficit atuarial do PORTUS, seguro de vida, e adicional por tempo de serviço, sendo este último com reflexo nos encargos sociais.

O incremento nos Serviços de Terceiros da controlada está relacionado com o aumento da força supletiva (R\$ 541.023.705).

A redução das Despesas Administrativas na controlada está relacionada com as despesas indedutíveis, onde registrou-se diminuição com multas s/infrações fiscais no referido trimestre.

O acréscimo da Despesa com Pessoal da controladora foi ocasionado, essencialmente pela provisão do Déficit Atuarial do Portus, registrada em junho/2020, no valor R\$ 688 mil.

Quanto à redução das Despesas com Material da ATE SAB, deve-se ao fato de classificação incorreta do custo com Combustíveis, lançado em conta de Despesa, no exercício de 2019.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(5.384)	(3.771)	(9.084)	(5.587)
Material	(93)	(251)	(166)	(351)
Serviços de Terceiros	(957)	(813)	(2.169)	(2.222)
Outros Encargos	(16)	(7)	(42)	(25)
Depreciação	(15)	(25)	(19)	(26)
Outras despesas administrativas	(34)	(105)	(34)	(127)
Total	(6.499)	(4.972)	(11.513)	(8.339)

A variação crescente das Despesas com Pessoal da Sede/ATESAB, ocorreu principalmente, devido ao registro do Déficit Atuarial do PORTUSus - Termo de Compromisso Financeiro, no valor de R\$ 1.254 mil.

Com relação à diminuição da Despesa com Material, justifica-se por classificação incorreta no item "Combustível" (ATESAB).

O acréscimo das Despesas com Pessoal e Encargos da APMC, foi ocasionado pela provisão da Despesa Atuarial do PORTUS, lançada no mês de junho/2020.

A variação decrescente registrada na APMC, refere-se a ausência de provisão das despesas de rateio (CONSAD/CONFIS/GERENCIAS), no 2º trimestre/20, visto que não foram encaminhadas pela SEDE.

23. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(32)	(157)	(32)	(157)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	0	0	0	0
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(32)	(157)	(32)	(157)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	0	(103)	0	(103)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	0	0	0	0
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	0	(103)	0	(103)

24. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	0	(17.118)	(892)	(17.193)
Reversão de provisões	12	0	42	785
Saldo líquido de provisões constituídas	12	(17.118)	(850)	(16.409)

As provisões para contingências registraram decréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	0	(539)	(892)	(614)
Reversão de provisões	9	0	39	0
Saldo líquido de provisões constituídas	9	(539)	(853)	(614)

25. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Período de seis meses findos em 30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Aluguéis Porto	250	170	4.428	3.793
(-) Deduções da receita	(23)	(16)	(410)	(360)
Total receitas patrimoniais líquidas	227	154	4.019	3.433

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	30 de junho de		30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Alugueis Porto	134	67	2.296	1.892
(-) Deduções da receita	(12)	(6)	(212)	(149)
Total receitas patrimoniais líquidas	122	61	2.084	1.744

26. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

27. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30 de junho de		30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	1.448	826	1.451	1.071
Despesas Financeiras	(3.346)	(5.724)	(7.265)	(34.408)
Total do resultado financeiro	(1.899)	(4.898)	(5.814)	(33.337)

O saldo das despesas financeiras da controlada (Porto de Maceió) apresentou variação decrescente significativa, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização ocorrida em jul/19.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	30 de junho de		30 de junho de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	907	467	909	678
Despesas Financeiras	(1.182)	(3.893)	(2.866)	(18.289)
Total do resultado financeiro	(275)	(3.427)	(1.957)	(17.611)

28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No 2º trimestre de 2020, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 13.155 mil (R\$ 25.123 em 2019), que representa 68% do total faturado (60,8% em 2019) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No 2º trimestre de 2020, os valores pagos totalizam R\$ 13 mil (R\$ 24 mil em 2019).

29. Eventos Subsequentes

29.1 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

A CODERN desenvolve atividades portuárias, em grande parte operacional, para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro como social em consequência do COVID-1. O mercado se retraiu durante a Pandemia, gerando um aumento considerável no afretamento dos navios, desta forma, as programações feitas, baseadas nas indicações das Salinas, não foram cumpridas, fazendo com que nossa produção caísse de um patamar de cerca de 200.000 ton/mês para 130.000 ton/mês.

Associada a esta situação, soma-se a redução de portuários para manter as operações do GERTAB/TERSAB, que embora com menos 40% vem mantendo suas atividades sem restrição.

Acredita-se que neste último trimestre tenhamos uma recuperação, porém ainda incerto.

Quanto aos efeitos econômicos/financeiros, para a GERTAB o impacto é de ter menos recursos para manter a manutenção/operação do TERSAB, vindo a comprometer suas atividades.

Ressalta-se ainda o impacto na movimentação portuária do Porto de Natal, onde registrou-se redução significativa das embarcações programadas no período, observando-se variação decrescente de 22 embarcações/navios, em comparação ao mesmo período de 2019. Com a emissão da MP 945, Portaria 45 do MINFRA, estabeleceu regras de isolamento social para empregados com mais de 60, bem como os diagnosticados com imunodeficiências, ocasionando o afastamento de 12 empregados, sem prejuízo da remuneração mensal/férias.

Ainda se verifica como impacto da pandemia, a diminuição da Receita Operacional, afetada por desconto concedido ao Operador Portuário, a título de indenização compensatória em benefício do trabalhador portuário no percentual de 50% sobre a média mensal recebida pelo mesmo, conforme artigo 3º, da MP 945.

A Covid-19 também gerou custos significativos para a Companhia, pela aquisição de produtos/serviços/equipamentos de proteção, no total de R\$ 248.698 mil.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor Presidente
CPF N° 310.558.777-20

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
Diretor Técnico Comercial
CPF N° 434.227.137-00

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF N° 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF N° 201.065.804-34